2003 — Nomeado perito institucional para a área de ambiente, junto da Comissão de Avaliação das propostas do concurso público internacional para a concessão rodoviária, em regime de portagem sem cobrança ao utilizador (SCUT), na ilha de S. Miguel.

2002 — Acompanhamento da elaboração do Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores, promovido pela Direcção Regional do Ambiente dos Açores.

1998-1999 — Representante da Direcção Regional do Ambiente no grupo de trabalho para a elaboração do «Quality Status of the Wider Atlantic, OSPAR -Region V», no âmbito da Convenção OSPAR.

1998 — Participação na elaboração do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos dos Açores, promovido pela Direcção Regional do Ambiente dos Açores.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 18670/2008

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, que CORBÁRIO — Minerais Industriais, S. A., requereu a atribuição de direitos de prospeçção e pesquisa de depósitos minerais de caulino, numa área localizada no concelho de Pombal, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, referidas ao Ponto Central:

Área total do pedido: 5,5207 km²

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)	
1 2	- 47184,0103 - 46655,9210	32683,7006 35237,5556	

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
3	- 44600,7455	35299,2275
4	- 44902,7066	32738,4384

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direcção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direcção-Geral de Energia e Geologia, na Av. ^a 5 de Outubro, 87, 5. ^o andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações.

4 de Junho de 2008. — O Subdirector-Geral, Carlos A. A. Caxaria. 300440245

Despacho n.º 17313/2008

Nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de Abril, do SGCIE — Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, o presente despacho procede à publicação dos factores de conversão para tonelada equivalente petróleo (tep) de teores em energia de combustíveis seleccionados para utilização final, bem como dos respectivos factores para cálculo da Intensidade Carbónica pela emissão de gases com efeito de estufa, referidos a quilograma de CO₂ equivalente (kgCO₂e).

Para efeitos deste Despacho, as quantidades e características das diferentes formas de energia consideradas devem ser verificadas à entrada da instalação CIE.

Nestes termos, estabelece-se o seguinte:

1 — Com base nos dados constantes da Tabela de Conversão incluída no Anexo II da Directiva 2006/32/CE publicada no Jornal Oficial da União Europeia de 27 de Abril de 2006, e do Quadro 4 da Decisão da Comissão n.º 2007/589/CE, de 18 de Julho, são adoptados para efeitos deste Despacho os factores de conversão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 — Poderes Caloríficos Inferiores e Factores de Emissão para Combustíveis

Combustível	PCI (MJ/kg)	PCI (tep/t)	FE (kgCO ₂ e/GJ)	FE (kgCO ₂ e/tep)
Antracite. Betume / Alcatrão Biogasolina e Biodiesel Briquetes de lignite Briquetes de turfa Carvão betuminoso Carvão sub-betuminoso Carvão vegetal Combustível para motor (gasolina) Coque de Carvão Coque de Forno / lignite ou gás Coque de Petróleo Etano Fuelóleo pesado Fuelóleo Gás de Alto Forno Gás de coqueria e de fábricas de Gás. Gás de petróleo liquefeito Gás de Refinaria. Gás natural (superior a 93 % de metano) Gás natural (1) Gases de alterro/ lamas de depuração e outros biogases Gasóleo / Diesel.	26,7 40,2 27 20 16—16,8 25,8 18,9 29,5 44—45 28,2 28,2—28,5 31—32,5 46,4 40—40,4 41,2 2,5 38,7 7,1 46—47,3 49,5 47,2—48 44,2—45,2 45,1 50,4 42,3—43,3	0,638 0,96 0,645 0,478 0,382 — 0,401 0,616 0,451 0,705 1,051 — 1,075 0,674 — 0,681 0,740 — 0,776 1,108 0,955 — 0,965 0,984 0,060 0,924 0,170 1,099 — 1,130 1,182 1,127 — 1,146 1,056 — 1,080 1,077 1,204 1,010 — 1,034		
Hulha	17.2 - 30.7 5.6 - 10.5 10.0 - 21	$0,411 - 0,733 \\ 0,134 - 0,251 \\ 0,239 - 0,502$	97,5 101,1 101,1	4082,1 4232,9 4232,9
Lubrificantes, ceras parafinicas e outros produtos Petrolíferos Madeira / residuos de Madeira. Matérias-primas para refinaria. Metano	40,2 13,8 — 15,6 43 50 10,1 44,5 38,1	0,960 0,330 — 0,373 1,027 1,194 0,241 1,063 0,910	73,3 0 73,3 54,9 155,2 73,3 73,3	3068,9 0,0 3068,9 2298,6 6497,9 3068,9 3068,9

Combustível	PCI (MJ/kg)	PCI (tep/t)	FE (kgCO ₂ e/GJ)	FE (kgCO ₂ e/tep)
Óleos usados Orimulsão. Outra biomassa primária sólida Outros biocombustíveis Líquidos Peletes / briquetes de madeira Petróleo Bruto Querosene Resíduos Industriais Turfa Xisto betuminoso	40,2	0,960	73,3	3068,9
	27,5	0,657	76,9	3219,6
	11,6	0,277	0	0,0
	27,4	0,654	0	0,0
	16,8	0,401	0	0,0
	42,3	1,01	73,3	3068,9
	43,8	1,046	71,8	3006,1
	7,4—10,7	0,177 — 0,256	142,9	5982,9
	7,8—13,8	0,186 — 0,330	105,9	4433,8
	8—9	0,191 — 0,215	106,6	4463,1

(1) Peso específico do Gás Natural é de 0,8404 kg/m3N

Na tabela anterior, PCI (MJ/kg) é o poder calorífico inferior do combustível expresso em mega-Joule (MJ) por quilograma (kg), PCI (tep/t) é o poder calorífico inferior do combustível expresso em tonelada equivalente petróleo (tep) por tonelada (t), FE (kgCO₂e/GJ) é o factor de emissão de gases de efeito de estufa (ex: CO₂) expresso em quilogramas de CO₂ equivalentes por energia libertada pelo combustível em giga-Joule (GJ) e FE (kgCO₂e/tep) é o factor de emissão de gases de efeito de estufa expresso em quilogramas de CO₂ equivalentes por energia libertada pelo combustível em tonelada equivalente petróleo (tep).

2 — Para outros combustíveis primários sólidos, líquidos ou gasosos não referidos explicitamente na tabela do ponto anterior e aos quais estes também não possam ser equiparados, é usada a seguinte expressão que transforma o valor do poder calorífico inferior (PCI) do combustível de MJ/kg para tep/t:

$$PCI(tep/t) = \frac{PCI(MJ/kg)}{41,868}$$

Esta expressão considera a conversão termodinâmica de tep em MJ utilizada pela Agência Internacional da Energia (1 tep = 41 868 MJ).

Para efeitos da contabilização da intensidade carbónica, por emissão dos gases com efeitos de estufa, para outros combustíveis primários sólidos, líquidos e gasosos não referidos explicitamente na tabela do ponto anterior e aos quais estes também não possam ser equiparados, deverão ser utilizados os valores de referência de factor de emissão (FE) de, respectivamente, 96, 73 e 59 kgCO₂e/GJ.

- 3 A electricidade, o vapor e outros fluidos térmicos são formas de energia resultantes da transformação de fontes de energia primária. Assim, a conversão para tep da energia eléctrica e da energia térmica do vapor e de outros fluidos térmicos gerados por fornecedores externos tem que ter em conta o rendimento do processo de transformação.
- 3.1 Para a energia eléctrica, a conversão considera o rendimento eléctrico médio (n_{eléctrico}) das centrais termoeléctricas que usam combustíveis fosseis. Nestes termos, a conversão de kWh de energia eléctrica para tep é dada pela fórmula:

Energia eléctrica (tep/kWh) =
$$\frac{\eta_{eléctrico}}{86 \times 10^{-6}}$$

Para efeitos deste Despacho e de acordo com o Anexo II da Directiva 2006/32/CE, o valor de $\eta_{eléctrico}$ é igual a 0,4, pelo que 1 kWh=215 x 10-6 tep. Para efeitos da contabilização da intensidade carbónica por emissão

Para efeitos da contabilização da intensidade carbónica por emissão de gases com efeito de estufa, considera-se que o factor de emissão associado ao consumo de electricidade é igual a 0,47 kgCO₂e/kWh, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 63/2008 de 21 de Janeiro, 1.ª série.

3.2 — Para o vapor, a conversão considera o rendimento térmico médio $(\eta_{\text{térmico}})$ das caldeiras utilizadas actualmente na geração de vapor, sendo dada por:

Energia do vapor
$$(tep/t) = \frac{Entalpia \ especifica \ do \ vapor (MJ/kg)}{\eta_{cirnico} \times 41,868}$$

Para efeitos da contabilização da intensidade carbónica por emissão de gases com efeito de estufa, considera-se que o factor de emissão associado ao consumo de vapor é igual a:

Factor de Emissão para o consumo de vapor (kgCO $_2\text{e}/\text{GJ})$ = 65,05 / $\eta_{\text{térmico}}$

Para efeitos deste despacho, o valor de $\eta_{térmico}$ para as caldeiras de geração de vapor é igual a 0,9, pelo que 1 GJ de vapor consumido = 72,3 kgCO₂e.

3.3 — Para outros fluidos térmicos, a conversão considera o rendimento térmico médio da unidade de produção, sendo dada por:

Energia do fluido (tep/t) =
$$\frac{Calor \, útil \, (MJ/kg)}{\eta_{térmico} \times 41,868}$$

O calor útil é definido como a diferença entre a energia térmica recebida do fornecedor e a devolvida.

Para efeitos da contabilização da intensidade carbónica por emissão de gases com efeito de estufa, considera-se que o factor de emissão associado ao consumo de fluido térmico é igual a:

Factor de Emissão para o consumo de fluido térmico (kgCO_2e/GJ) = 65,05 / $\eta_{\text{térmico}}$

Para efeitos deste despacho, o valor de $\eta_{\text{térmico}}$ para geradores de fluido térmico é igual a 0,9, pelo que 1 GJ de fluido térmico consumido = 72,3 kgCO₂e

4 — Todas as situações que se encontrem fora do âmbito do presente Diploma, deverão ser apresentadas e comprovadas à Direcção-Geral de Energia e Geologia, que após análise emitirá um despacho.

O presente despacho entra em vigor à data da sua publicação no Diário da República.

3 de Junho de 2008. — O Subdirector-Geral, *Bento de Morais Sarmento*.

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 17314/2008

Carlos Armando Martins de Azevedo Morais, técnico especialista principal, posicionado no escalão 2, índice 560, da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do ex-Ministério da Economia, constante do mapa III anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho, nomeado, por reclassificação profissiona ao abrigo das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior principal, escalão 2, índice 560, da carreira técnica superior, em lugar vago do mesmo quadro de pessoal.

Foi dado cumprimento às disposições legais constantes dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, designadamente, através de processo de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20080679/SigaME, publicitado em 14 de Fevereiro de 2008.

17 de Junho de 2008. — A Directora Regional, Elisabete Velez.

Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde)

Aviso n.º 18671/2008

Por despacho da Comissão Executiva da Região de Turismo do Alto Minho, de 7de Abril de 2008, foi ratificado o pedido de licença sem vencimento por um ano renovável até 3, ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, a Maria Aurora Botão Pereira do Rego, Técnica Superior Principal, como Bolseira da Fundação da Ciência e Tecnologia, com efeitos a 01 de Abril de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Presidente, Francisco José Torres Sampaio.

300449861